

A CONCEPÇÃO CLÁSSICA DA GEOGRAFIA POLÍTICA (*)

Armando Corrêa da Silva (**)

O espaço político é um espaço humano que se realiza como domínio sobre o espaço produzido. Por isso, ele implica em domínio de parte da sociedade sobre outras através do Estado. Para que isso ocorra é preciso que a sociedade esteja dividida em classes antagônicas. Então, a relação de dominação tem a ver diretamente com a forma de propriedade, em primeiro lugar, do solo, em segundo lugar, dos instrumentos e meios de trabalho.

O espaço produzido não é o mesmo em todos os tempos e lugares, mas varia com o modo de produção. Ele assume, assim, formas próprias ao desenvolvimento do modo de produção, de acordo com as características deste e as particularidades da formação espacial e social que lhe corresponde. Essa particularidade expressa o movimento do real, as formas velhas sendo substituídas pelas novas ao longo da história.

O espaço é produzido segundo os interesses da classe ou das classes dominantes da sociedade. Como o domínio político deve justificar-se através da coerção ou do consenso, ele se expressa como ideologias, que servem de justificativa do poder.

No modo de produção capitalista o espaço é produzido para atender aos interesses do capital. Num primeiro momento, como espaço da acumulação primitiva de capital, o espaço liberal. Num segundo momento, como espaço da reprodução ampliada do capital, como espaço de monopólio.

A Geografia Política nasceu no contexto da acumulação primitiva de capital, na Europa, mas

num Estado, a Alemanha, cujo desenvolvimento capitalista foi tardio. Por isso, além das singularidades alemãs, como o seu grande desenvolvimento filosófico em confronto com seu débil desenvolvimento social, uma de suas particularidades foi a do desenvolvimento da sociedade dar-se pela chamada via prussiana, em que o poder foi exercido de cima para baixo.

Para um observador como Engels, no século XIX, para cada problema os franceses encontravam uma solução revolucionária e os alemães uma solução reacionária. As forças progressistas na Alemanha expressavam-se, por isso, sempre com dificuldades e limitações, através de contradições. Uma destas contradições é a da Alemanha dar origem à Geografia Moderna, com Humboldt e Hitter, cujo conteúdo é menos avançado do que o da geografia francesa, que nasceu depois.

A obra de Ratzel fez-se no contexto da passagem, na Alemanha, do processo de acumulação primitiva do capital para o estágio da reprodução ampliada, ao final do século XIX, e no âmbito da realização da unidade nacional alemã. Ela beneficiou-se da filosofia alemã, mas não pode deixar de refletir o atraso social desse país, que se expressava em formas de conciliação entre o progresso e o atraso. Da filosofia a formulação de Ratzel ganha a profundidade das observações feitas; do atraso social recebe o impacto da formulação da

(*) — Entregue para publicação em 15/06/81.

(**) — Professor Livre-Docente do Departamento de Geografia — FFLCH — USP.

noção de espaço vital e de sentimento dos povos, necessários à Alemanha no confronto com as outras potências européias, que já haviam constituído um império colonial e que defrontar-se-ão com aquela na primeira guerra mundial.

Os continuadores da Geografia Política tomarão de Ratzel ora o partido do progresso, ora do atraso, ora a tentativa de separar uma coisa de outra.

A Geografia Política nasce, então, desde logo, como ideologia e como ciência e carregará esta contradição até o presente. Expõe-se, a seguir, a concepção de Ratzel, brevemente, e de três continuadores da Geografia Política: Arthur Dix (1929), Derwentt Whittlesey (1948) e Jean Gottmann (1952).

Friedrich Ratzel publicou sua *Geografia Política* em 1897, após seu trabalho *Antropogeografia*, de 1882-91.

Em “Le Sol, la Societé et l’État”, publicado em *L’Année Sociologique* (1898-1899, p. 1-14), diz Ratzel: “Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido frequentemente de vista a importância do fator espacial, da situação etc., considera-se entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo”.

Ratzel fazia, então, a crítica das ciências que tratavam o homem, em particular a sociologia, e que ignoravam sua ligação com a terra. Assim diz, “...quer seja o homem considerado isoladamente ou em grupo (família, tribo ou Estado), por toda parte em que se observar se encontrará algum pe-

daço de terra que pertence ou à sua pessoa ou ao grupo de que ele faz parte. Quanto ao que diz respeito ao Estado, a geografia política após longo tempo se habituou a fazer entrar em consideração a dimensão do território ao lado da cifra da população”.

Mas, não só a sociedade e o Estado tem uma base territorial, mas com esta se relacionam. Por isso, diz Ratzel, “A sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo. Segue-se que as relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase do seu desenvolvimento que se considere”.

Jacques Ancel dirá que, para Ratzel, “O Estado sustenta-se na ligação orgânica dos homens com o solo” (1936, p. 7).

Aqueles que desenvolveram a Geografia Política após Ratzel tenderam a acentuar suas noções de modo unilateral, fazendo desaparecer a visão de conjunto que possuía, em particular eliminando suas considerações sobre a sociedade.

É o caso, por exemplo, de Arthur Dix que, em *Geografia Política*, Ed. Labor, Barcelona, publicado como tradução em 1929, sob a forma de manual, propõe que: “A *Geografia Política* é a ciência que estuda a morada e a esfera de poder dos Estados. Sua zona de observação é a superfície da Terra, tomada como campo de atividade das sociedades humanas e como cenário onde se desenvolve a vida dos povos organizados em Estados. Ocupa-se, por conseguinte, das relações das coletividades políticas com o espaço que habitam e a área de trocas”. (Dix, 1929, p. 9). Mais adiante afirma: “A *Geografia Política* considera as fronteiras que separam os agrupamentos políticos como seu principal campo de observação, no aspecto que poderíamos chamar de permanência dos Estados. Do ponto de vista dinâmico-político atende às variações produzidas no território que serve de morada a ditos agrupamentos, e a respeito do mundo de preocupações internacionais, examina em primeiro

lugar as linhas diretrizes em que se manifestam as aspirações de cada Estado em modificar seu respectivo domínio". (pg. 14).

A Geografia Política de Ratzel, que é explicativa, transforma-se em uma forma descritiva de observação, em que o método de determinações ontológicas é substituído pela análise do comportamento. Retém-se, assim, de Ratzel, apenas a parcela mais evidente de sua concepção que é a questão da influência do meio natural.

Arthur Dix (1) acentuará o "avanço sobre a linha de menor resistência", a "aspiração para o domínio da totalidade da bacia hidrográfica", a "aspiração a uma saída para o mar", a "tendência a possuir vários acessos ao mar", a "aspiração em direção a costas opostas". o "estabelecimento das grandes rotas transcontinentais", tudo se relacionando ao problema das comunicações. Quanto às intenções políticas e objetivas dos Estados acentuará a "aspirações dos Estados a unificar sua esfera de domínio", a "aspiração à unidade nacional" e o estabelecimento de "fronteiras naturais" favoráveis.

Trata-se de uma análise distante da tentativa de Ratzel de desenvolver uma teoria geográfica de bases científicas.

Outro autor, que acentua as relações entre a política e a natureza é Derwentt, Whittlesey, em seu *Geografia Política* (cujo original inglês é de 1944), tradução publicada por Fondo de Cultura Econômica, Mexico, em 1948.

Diz Whittlesey: "O principal fato político que se localiza sobre a terra é o Estado. Este livro, que se ocupa da geografia política, destina-se ao estudo do grau de relação que existe entre o Estado e o meio natural, tanto quando coincidem, como quando discrepam entre si. Além disso, extender-se-á em investigar a estrutura geográfica dos Estados e as relações orgânicas entre os fenômenos políticos e os naturais. Em resumo, seu objeto são os fatos e

as estruturas geopolíticas". (pg. 13). O autor esclarece que: " 'Geopolítico' é um adjetivo utilizado nesta obra em lugar do menos acessível 'político-geográfico' "

O autor apresenta um esquema para o estudo do território político, que explicita seu positivismo naturalista, diverso da postura de Ratzel.

Diz ele: "Um grande esquema dos elementos que aparecem no estudo de um território político é o que expressamos em seguida.

"1. Ecúmeno (também com freqüência núcleo central).

- a. Meio natural, incluindo a extensão e a forma, o clima, a morfologia e os recursos naturais.
 - b. Estrutura cultural: povo, língua, vida econômica e social.
2. Componentes, acréscimos do ecúmeno ou pedaço residuais do território antes possuído.
- a. Relação do meio natural de cada um com o do ecúmeno.
 - b. Subordinação das estruturas culturais periféricas.
 - c. Caráter unitário ou federal dos componentes agregados.
3. Zonas problemáticas e de fricção.
- a. Elementos naturais e culturais do problema ou da fricção.
 - b. Relação de cada uma dessas zonas com o ecúmeno e com seus vizinhos imediatos.

(1) — Veja-se a crítica de Sodré, N. W. (1976) *Introdução à Geografia e Ideologia*, Ed. Vozes, Petrópolis, pp. 64/6.

4. Capitais.
 - a. Centrais, relacionadas com todo o território ou com o ecúmeno.
 - b. Periféricas, relacionadas com as fronteiras defensivas ou ofensivas, ou composições abandonadas.
 - c. Subcapitais, dos membros constituintes de uma federação e dos distritos administrativos.
5. Fronteiras.
 - a. Naturalmente demarcadas, ou fixadas por outros meios.
 - b. Prévias ou posteriores a ocupação do território.
 - c. Densidade dos estabelecimentos e grau de interpenetração em cada um dos segmentos da fronteira.
 - d. Tramas e pontos estratégicos.
6. Zonas aliadas e dependências.
 - a. contíguas ou separadas.
 - b. Caráter da separação: águas ou terras.
 - c. Estrutura cultural e grau de subordinação à região dominante". (pg. 640).

O método de Ratzel, que é o da construção ontológica-teórica do real é substituído pela indução, que deve realizar-se através do inventário empiricista.

O irracionalismo de Derwentt Whittlesey não é, então, apenas o de sua posições, defensivas de uma política imperialista, como é também o caso de Dix (2), mas está na própria abordagem.

A acentuação das condições naturais aparece também em Jean Gottmann, em seu *La Politique des États et leur Géographie*, de 1952, publicado por Libr. Armand Colin, Paris.

Diz Gottmann: "No mundo compartimentado da geografia a unidade política é o território. Quer se trate do conjunto do território nacional de um Estado, ou do conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e liga-se a um dado regime, o território é um compartimento de espaço politicamente distinto daqueles que o cercam. Quer se trate de um Estado soberano ou de um país dependente, o território define a existência física dessa entidade jurídica, administrativa e política. Esta existência física manifesta-se ao nível geométrico pela superfície, em seguida sobre outros planos pelas características físicas locais: relevo do solo, clima, hidrografia, pedologia, flora e fauna e também por uma característica física mais complexa, porque já relacional, a posição geográfica". (pg. 70). E acrescenta: "Não se concebe um Estado, uma instituição política, sem sua definição espacial, por isso territorial". (pg. 71).

A Geografia Política clássica constitui-se como disciplina científica na tentativa de estabelecer as relações entre espaço e poder. O espaço foi concebido principalmente como meio natural. Em Ratzel o espaço é a natureza física, que se manifesta como território, *solo*, em sua formulação. Essa formulação, enquanto uma tentativa ontológica-teórica de apreensão do real produziu um conhecimento avançado para a época. Suas conclusões errôneas referem-se à ênfase na determinação do meio natural sobre a sociedade. Essas conclusões errôneas, sustentadas com convicção por Ratzel, possibilitaram seu uso para fins ideológicos e militares, mais tarde.

Hoje, os estudos de Geografia Política não podem ser feitos com a consideração do território, da sociedade e do Estado em geral. É preciso levar em consideração a formação espacial e social concreta e as classes sociais que a constituem, em um modo de produção determinado.

(2) — Veja-se em Sodré, N. W., *op. cit.*, as observações sobre Whittlesey, dpg. 68.

No Brasil o estudo da Geografia Política enquanto a consideração das relações entre o espaço e o poder, defronta-se com um país do Terceiro Mundo que atingiu um estágio superior, como meio de expansão do capital monopolista internacional. A unidade política nacional realiza-se socialmente, no próprio momento em que o desenvolvimento pela via colonial e complementar alcança um grau avançado, que tende a mostrar o país como potência sub-imperialista, em confronto com as potências imperialistas existentes.

No momento em que o Brasil prepara-se para apresentar-se ao mundo como potência, defronta-se com a questão social, que se torna hoje uma questão nacional.

Por isso, o progresso passa hoje pela solução democrática dos problemas do povo e da nação, que implicam na obtenção de outro perfil de distribuição da renda e nas relações de paz e amizade com outros povos.

BIBLIOGRAFIA

- ANCEL, J. (1936) — *Géopolitique*, Libr. Delagrave, Paris.
- DIX, A. (1929) — *Geografia Política*, Ed. Labor, Barcelona
- GOTTMAN, J. (1952) — *La Politique des États et leur Géographie*, Libr. Armand Colin, Paris.
- RATZEL, F. (1898-9) — "Le Sol, la Société et l'État" in *L'Année Sociologique*, 3.ÉME année, Paris.
- SODRÉ, N.W. (1976) — *Introdução à Geografia. Geografia e Ideologia*, Ed. Vozes, Petrópolis.
- WHITTLESEY, D. (1948) — *Geografia Política*, Fondo de Cultura Económica, México.